



Reflexão quanto à escolarização e letramento no campo: acesso às informações da legislação de produção orgânica por comunidade rural no Amazonas

Reflection on schooling and literacy in the countryside: Access to information about organic production legislation by rural community in Amazon:

CRUZ, Osaniel Nunes da¹; LOURENÇO, José Nestor de Paula²; LOURENÇO, Francisneide de Sousa³; MEIRELLES, Augusto Cruz⁴

1 – Superintendência Federal da Agricultura no Amazonas / osanael@yahoo.com; 2 – Embrapa Amazônia Ocidental / nestor.lourenco@embrapa.br; 3 – Universidade Estadual do Maranhão / francisneidel@gmail.com; 4 – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia / gugaadams@gmail.com

Eixo temático: Políticas Públicas e Agroecologia

Resumo: O trabalho foi desenvolvido em comunidade rural localizada no município de Iranduba, AM, e buscou fazer uma análise qualitativa sobre o acesso à informação, especificamente sobre a legislação de agricultura orgânica. Os atores da pesquisa eram em sua maioria homens (70%), com média de idade de 47 anos e nível de escolaridade predominante o ensino fundamental incompleto (64%). Constatou-se que os atores da comunidade do Caldeirão demonstraram pouco conhecimento a respeito do tema agricultura orgânica. No entanto, verificou-se que, de forma direta ou indireta, já tiveram contato com algum tipo de informação a respeito da temática. Ressalta-se a importância do acesso à escolarização como um propulsor do alcance da informação, para que se tenha uma futura geração de agricultores aparatada de conhecimento. Para isso é necessária a escolarização das crianças e jovens da localidade, objetivando um cenário com agricultores que tenham maior autonomia para opinar sobre os temas que estão diretamente relacionados ao seu cotidiano.

Palavras-chave: Agricultura orgânica; Agricultores familiares; Autonomia.

Abstract: The work was conducted in a rural community located in the Iranduba locality, Amazon state, and it sought to make a qualitative analysis on information access, specifically on organic agriculture legislation. The survey participants were mostly male (70%), with a mean age of 47 years, and the predominant level of education was incomplete elementary school (64%). It was verified that the actors of the community of Caldeirão demonstrated little knowledge about organic agriculture. However, it was verified they had contact directly or indirectly with some type of information on the subject. We emphasize the importance of access to schooling as a propeller of access to information, so that a future generation of farmers may become aware of it. In order to do this, it is necessary to educate the children and young people of the locality, so as to have a scenario with farmers with greater autonomy to give their opinion on the themes that are directly related to their daily lives.

Keywords: Organic agriculture; Family farmers; Autonomy.

INTRODUÇÃO

As pequenas propriedades rurais, conduzidas geralmente por agricultores familiares, não dispõem de uma mesma estrutura tecnológica e econômica que as



propriedades de grandes produtores. Do ponto de vista de mercado, os sujeitos daquelas propriedades são essencialmente passivos, não exercem nenhuma influência significativa nesse mercado, muitas vezes, ao contrário, o mercado é que determina como essas pequenas produções devem comercializar seus produtos.

Porém existem estratégias que visam diminuir essa disparidade entre a agricultura de grande escala e as pequenas produções. Uma das estratégias que se pode lançar mão é justamente o sistema orgânico de produção, caracterizado pela aplicação de técnicas diferenciadas que visam à produção de alimentos de melhor qualidade e livres de contaminantes. No entanto é necessário que o agricultor adote técnicas específicas e busque a certificação da produção, uma vez que é justamente nesta que o fator financeiro se torna limitante para as pequenas produções que dispõem de condições financeiras pouco satisfatórias.

No entanto, considerando as deficiências existentes dentro da agricultura familiar, especialmente o pouco aporte financeiro, a legislação de produção orgânica abre uma exceção para que os agricultores familiares possam usufruir dos benefícios de poder ofertar um produto orgânico sem a necessidade de uma certificação propriamente dita. Como política, neste sentido, há o caso do programa de garantia de preço mínimo, programa de aquisição de alimentos, que tem como objetivo incluir o pequeno produtor no segmento da economia agrícola, fomentando a produção de alimentos. Enfatiza-se também que o programa de aquisição de alimentos oferece um bônus de até 30% na aquisição de produtos orgânicos, e aqueles produzidos por agricultores familiares e dispensados da certificação não ficam de fora (BRASIL, 2003). Porém há a necessidade de que essas políticas cheguem aos pequenos agricultores e assim eles passem a usufruir sistematicamente delas.

Certamente não há como negar a necessidade de se levar informações a respeito dessas políticas para os pequenos agricultores. Para Barreto (1994), a informação é qualificada como instrumento modificador de consciência e da sociedade como um todo, portanto instrumento modificador da consciência do homem e de seu grupo. O mesmo autor enfatiza que a informação, quando adequadamente assimilada, produz conhecimento, modifica o estoque mental de informações do indivíduo e traz benefícios ao seu desenvolvimento e ao desenvolvimento da sociedade em que ele vive. Entretanto, como levar a informação a esses agricultores, que em geral são analfabetos ou semianalfabetos? E qual o papel da alfabetização para se estabelecer uma conexão sólida entre a informação e tais agricultores? O presente trabalho teve como objetivo fazer um estudo qualitativo acerca do acesso à informação sobre a produção de alimentos orgânicos e sobre legislação da produção orgânica, pelos agricultores da Comunidade do Caldeirão, no município de Iranduba, AM.

Metodologia

O estudo foi desenvolvido na Comunidade do Caldeirão, no município de Iranduba, AM, que fica a uma distância de 26 km da cidade de Manaus, AM. A comunidade é,



em sua maioria, formada por pequenos agricultores, assentados pela reforma agrária. O público da pesquisa foram os agricultores que residem na comunidade, ao todo 11 de um total de 103 famílias, e a escolha deles se deu de forma aleatória.

No estudo adotou-se o método de pesquisa-ação, que exige uma estrutura de relação entre os pesquisadores e pessoas envolvidas no estudo da realidade do tipo participativo/coletivo (THIOLLENT, 1985). Foi utilizada também a metodologia do Diagnóstico Rural Participativo (DRP), que é composta por uma conjugação de métodos e técnicas de intervenção participativa, que possibilita a obtenção de informações qualitativas e quantitativas em curto espaço de tempo (VERDEJO, 2010).

As atividades práticas de pesquisa consistiram de duas fases. Na primeira foi feita uma oficina participativa na qual foram utilizadas algumas metodologias do DRP, como dinâmicas de grupo, mapa cognitivo e árvore de problemas. Na segunda fase foi aplicado um questionário semiestruturado, possibilitando um levantamento da realidade estudada. Os dados coletados foram sistematizados e tratados com estatística descritiva.

Resultados e Discussão

O grupo amostral é composto por agricultores familiares que têm na agricultura a base do sustento de suas famílias. A maior parte dos entrevistados era do sexo masculino (73%), e uma parcela era composta do sexo feminino (27%). A média de idade dos participantes foi de 47 anos, com mínima de 21 anos e máxima de 66 anos.

Na Figura 1 tem-se o perfil de escolaridade dos atores pesquisados. Observa-se um percentual dominante de pessoas que não concluíram o ensino fundamental (64%), seguido pelos que não concluíram o ensino médio (18%) e apenas 9% que concluíram o ensino médio e também já cursaram o ensino superior.

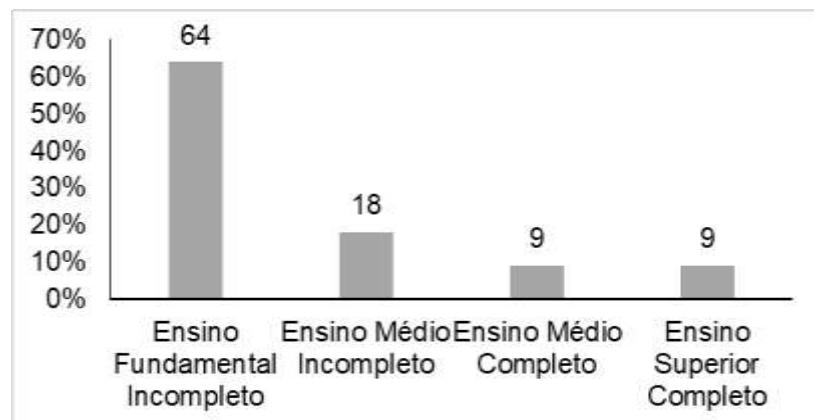


Figura 1. Grau de escolaridade dos participantes ($n=11$).



Quando os agricultores estudados foram indagados de como supriam suas necessidades de informação a respeito do tema agricultura orgânica, citaram como fonte órgãos como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que possui um campo experimental na comunidade e tem desenvolvido atividades com os agricultores da localidade, e o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (Idam), que, conforme os agricultores, são levadas em consideração as ações regulares desenvolvidas por eles, e outras atividades, além de fontes como a internet e até mesmo as casas agropecuárias, que normalmente atendem os produtores que fazem aquisição de insumos agrícolas.

Quando questionados sobre o que é agricultura orgânica, responderam da seguinte forma:

“...Agricultura livre de veneno...” (Agricultor 1). “...Agricultura sem uso de veneno...” (Agricultor 2). “...Agricultura feita com insumos naturais...” (Agricultor 4). “...Manejo natural da produção...” (Agricultor 5). “...Adubação, controle de praga e aproveitamento de matéria orgânica...” (Agricultor 6). “...Alimento de melhor qualidade, acessível ao mercado. Produto mais caro. Difícil de se produzir...” (Agricultor 7). “...Coisa muito boa, agricultura sem veneno...” (Agricultor 8). “...Manejo natural das culturas...” (Agricultor 11).

Alguns agricultores relataram não saber como explicar o que entendem a respeito da agricultura orgânica, inclusive afirmando terem dificuldade de guardar as informações que recebem. A fim de aferir o grau de entendimento dos produtores sobre a certificação de orgânicos, 45,5% responderam não saber o que é; 45,5% tentaram responder o que entendiam:

“...Solicita a visita de representantes ‘deles’...” (Agricultor 6). “...É o reconhecimento do produto orgânico...” (Agricultor 7). “...já ouvi falar, mas não sei como proceder...” (Agricultor 9).

Quando se analisam as respostas a respeito do nível de informação do público quanto ao tema pesquisado, deve-se ter um olhar voltado para a relação que existe com o perfil de escolarização do entrevistado, já que isso está intimamente ligado à promoção da autonomia dele, bem como do encorajamento para a busca da informação e do conhecimento. Azevedo e Grifoni (2004), ao se referirem ao público analfabeto, fizeram uma comparação entre esse público e os deficientes físicos. A analogia defendida pelos autores dá-se em razão de o público carente de códigos linguísticos não usufruírem plenamente dos benefícios ofertados para a sociedade. Craidy (1998) *apud* Azevedo e Grifoni (2004) consideraram que, nas sociedades modernas e pós-modernas, as elites são cada vez mais letradas, e ser analfabeto é sinônimo de exclusão social.



Todavia o grau de escolarização mais baixo encontrado no grupo estudado foi o ensino fundamental incompleto (64%), e embora não tenha sido feito nenhum estudo a fim de diagnosticar o nível de domínio da linguagem escrita por parte deles, não seria adequado caracterizar o público como analfabetos, tendo em vista que, se já tiveram acesso à escola, em teoria apresentam algum domínio de leitura e escrita.

Se levarmos em conta que atualmente um dos elos entre a informação e o homem do campo é a extensão rural, que embora se apresente em alguns casos totalmente desaparelhada e ser completada com uma ação diretiva, ainda se faz presente nas comunidades. Além disso, é importante um esforço para uma atuação mais concreta no contexto da educação no campo levando para as crianças e jovens uma educação com mais qualidade, que propicie o desenvolvimento do homem do campo tanto na busca por informações e entendimento dos conceitos relacionados à agricultura e outros temas, como, especialmente, para dialogar com outros agricultores e profissionais na busca de soluções para os gargalos encontrados, de modo a intervir de forma mais autônoma.

Conclusões

Tratando-se de informação a respeito da produção orgânica e sua legislação, constatou-se que os agricultores dispõem de informação limitada sobre a temática e para exercerem de forma autônoma o papel de produtor orgânico, pois não detêm conhecimentos a respeito das práticas desse sistema de produção, assim como desconhecem os meios burocráticos para se obter a certificação da produção ou como utilizar-se do artifício legal que beneficia o pequeno produtor. Mesmo existindo um mecanismo disposto para pequenos produtores, que é a Organização de Controle Social (OCS).

Agradecimentos

Ao Grupo de Pesquisa Agroecologia na Amazônia. Aos agricultores do PDS Nova Esperança, que se dispuseram a cooperar com o levantamento de dados que culminou com este artigo.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Sérgio Romero de; GRIFONI, Antônio Luca. Comunicação visual para os carentes ao acesso dos códigos da linguagem, no Porto de Manaus. **Design em Foco**, Bahia, v. 1, n. 1, p.19-29, 2004. Semestral.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A Questão da Informação. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 8, n. 4, dez. 1994. Disponível em: <http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/BARRETO_A_Questão_da_Informacao.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2017.



THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 1985.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico rural participativo**: guia prático DRP/ por Miguel Exposito Verdejo, revisão e adequação de Décio Cotrim e Ladjane Ramos. - Brasília: MDA / Secretaria da Agricultura Familiar, 2010.